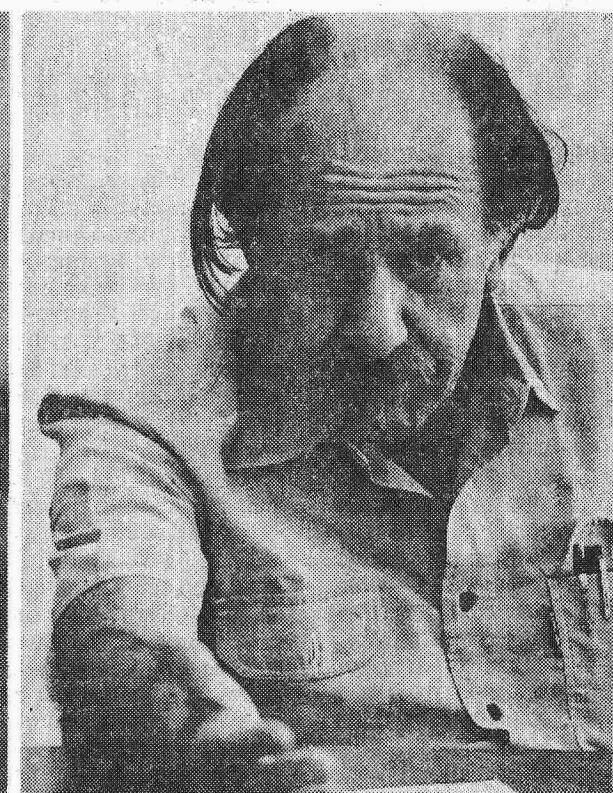


Balancão mensal



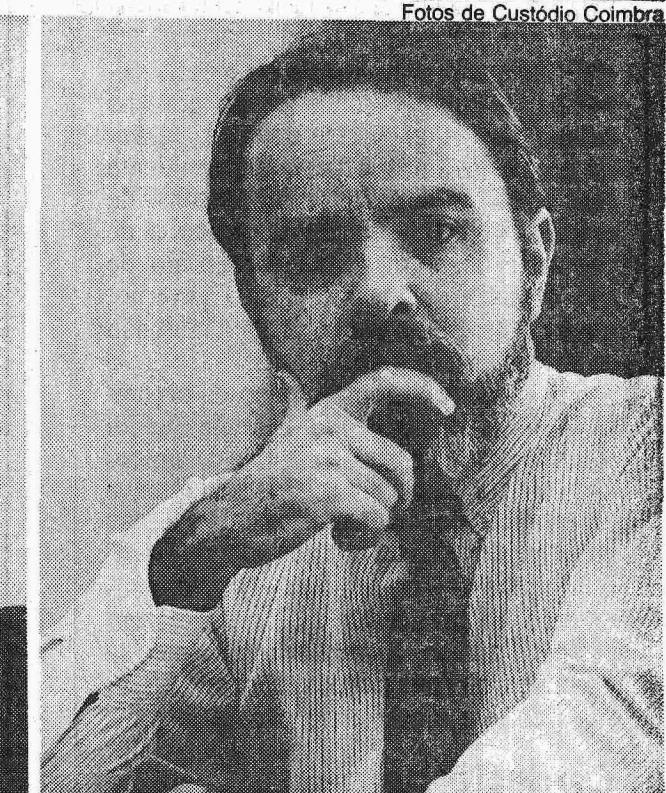
Márcio Fortes



Paul Singer



Mário Henrique Simonsen



Rogério Werneck

A situação mais grave da história econômica

Márcio Fortes — Ninguém é bobo de negar que a situação atual é a mais grave da história econômica brasileira, pior do que o ano passado, quando existia um indexador automático, com defeitos, mas era uma defesa.

Mário Henrique Simonsen — O setor real estava funcionando.

Márcio Fortes — Agora, paradoxalmente, há uma ação da estrutura política do país que é uma ação madura e nós temos de confiar nela. Ninguém quer voltar à situação anterior ao Cruzado, mesmo quem ganhava com a inflação, porque existe uma nova participação política.

Edmar Bacha — O primeiro aspecto que quero comentar é que os casos de hiperinflação conhecidos aconteceram quando o governo perdeu completamente o controle sobre a operação do sistema. Foi assim com Allende no Chile de 1973 e com Isabelita na Argentina de 1974. Na medida em que o sistema político brasileiro se sustentará controlará o conjunto. O fato do Banco Central se manter como um núcleo de saúde dentro deste governo, sustentando uma política, é auspicioso, apesar das críticas. Porque indica que pelo menos até agora se mantém o controle monetário na economia. Somente com o descontrole monetário floresce a hiperinflação. É um fato que ainda temos governo. Mas temos um problema: o pacto social mostrou que as demandas dos agentes econômicos são absolutamente in-

Foi o primeiro debate em que se falou mais de política do que de economia. Os seis participantes do Balancão Mensal promovido pelo JORNAL DO BRASIL mostraram-se impressionados pela dramaticidade e profundidade da crise econômica que o país atravessa — e igualmente preocupados com a reduzida capacidade que Executivo e Assembleia Constituinte mostraram até agora para obter um consenso político e possibilitar a implementação de medidas práticas, consideradas por todos como muitas urgentes.

O Cruzado, diz um de seus arquitetos, o economista Edmar Bacha, cumpriu sobretudo uma função central: garantir a sobrevivência política do presidente José Sarney até o momento da instalação da Constituinte. "Agora o

ção de um plano coerente, embora cada um de nós tenha suas preferências. O problema é conseguir adesão política para que o plano se torne politicamente factível. No momento não há uma discussão que leve ao consenso na execução. Eu temo que talvez seja necessário um aprendizado doloroso para que o Brasil chegue a um consenso quanto à maneira de executar um plano.

Edmar Bacha — A grande revelação que emerge hoje do Plano Cruzado é que a apreensão do presidente Sarney era correta, de que o Cruzado foi um instrumento de sustentação política do presidente para atravessar o conturbado período político em 1986 até chegar às eleições de novembro. Em novembro de 1985, a percepção da maioria dos brasileiros era de que faltava a Sarney o círculo político de Alfonsín. No governo falávamos que com aquela inflação de 1985 não se chegaria à Constituinte para fazer o pacto político necessário. Com o Plano Cruzado chegamos à Constituinte. Ao contrário do que vocês dizem, agora o panorama se simplifica. Agora temos uma estrutura política montada para fixar uma política econômica, ao invés de utilizar mágicas econômicas para resolver problemas políticos. Agora que chegamos à Constituinte, me pergunto se os constituintes e a organização política agora redefinida vão ter tempo para, dada a gravidade da crise econômica, fazer a repactuação política necessária até uma política econômica consistente. É por isso que acho a postura determinada do Banco Central muito importante, porque é uma mensagem muito clara: "Não vamos permitir a hiperinflação."

Mário Henrique Simonsen — Eu reconheço, como disse Bacha, que há no Banco Central pelo menos uma certa resistência racional no sentido de evitar a hiperinflação. Não existem problemas técnicos à elabora-

ção de um plano coerente, embora cada um de nós tenha suas preferências. O problema é conseguir adesão política para que o plano se torne politicamente factível. No momento não há uma discussão que leve ao consenso na execução. Eu temo que talvez seja necessário um aprendizado doloroso para que o Brasil chegue a um consenso quanto à maneira de executar um plano.

Edmar Bacha — A grande revelação que emerge hoje do Plano Cruzado é que a apreensão do presidente Sarney era correta, de que o Cruzado foi um instrumento de sustentação política do presidente para atravessar o conturbado período político em 1986 até chegar às eleições de novembro. Em novembro de 1985, a percepção da maioria dos brasileiros era de que faltava a Sarney o círculo político de Alfonsín. No governo falávamos que com aquela inflação de 1985 não se chegaria à Constituinte para fazer o pacto político necessário. Com o Plano Cruzado chegamos à Constituinte. Ao contrário do que vocês dizem, agora o panorama se simplifica. Agora temos uma estrutura política montada para fixar uma política econômica, ao invés de utilizar mágicas econômicas para resolver problemas políticos. Agora que chegamos à Constituinte, me pergunto se os constituintes e a organização política agora redefinida vão ter tempo para, dada a gravidade da crise econômica, fazer a repactuação política necessária até uma política econômica consistente. É por isso que acho a postura determinada do Banco Central muito importante, porque é uma mensagem muito clara: "Não vamos permitir a hiperinflação."

César Maia — Muito bem, Bacha. Para

poder do presidente se fragiliza", afirma César Maia, economista e constituinte pelo PDT/RJ. "Discordo, a autoridade do presidente se fortalece", replica o empresário Márcio Fortes, recentemente nomeado presidente do BNDES.

Rogério Werneck, outro participante da roda, ganhou a concordância de todos ao afirmar que a idéia de um consenso político está sendo mistificada. "A agenda do governo é toda em cima de ganhos, mas enquanto não se chegar à parte de como distribuir as perdas entre salários e lucros nada se avançará", afirmou. Todos acham também que aos partidos políticos falta maior empenho no debate político-econômico e suspeitam que a maior interessada na discussão — a sociedade — acaba ficando ao largo.

normalidade da economia, a questão central do ponto de vista de justiça social, do interesse da maioria, é saber quais são os setores que devem ter seu consumo defendido. Eu acho que são os setores de consumo superfluo.

Edmar Bacha — Você diria que há também desalinhamento nos preços relativos?

Paul Singer — Claro.

Edmar Bacha — Há problemas de lucratividade...

Paul Singer — Mas claro que há.

Edmar Bacha — ... setorial.

Paul Singer — Há faixas de lucros setoriais totalmente absurdas, porque foram produzidas pela fuga ao congelamento. Como você mesmo disse, Bacha, o vestuário está com uma taxa de lucratividade muito elevada porque o congelamento nunca funcionou para roupas. Se formos conviver com a inflação por algum tempo, é mais realista tentar ampliar o intervalo de tempo dos reajustes de preços e salários. Começar, por exemplo, com reajuste bimestral e tentar passar para trimestral, quadrimestral, etc. Mas tem de criar um mecanismo para tornar os reajustes concomitantes. Ou seja, o industrial não vai mexer nos preços por 120 dias, mas ele recebe a garantia de que 70 ou 80% do custo também não vão aumentar no mesmo período. Esta forma contratual teria alguma objetividade, que é a tentativa de violar de alguma forma o congelamento.

Rogério Werneck — Esse ponto é importante, porque há uma mistificação da idéia do consenso. A agenda do governo é toda em cima de ganhos, mas enquanto não se chegar à parte do que será tirada não se avançará nada. Ela envolve a discussão de

como distribuir perdas entre salários e lucros, mas também dentro das massas de lucros e salários. Somente após esta fase deve-se partir para os assuntos de médio e longo prazos, porque começar por eles vai transformar as questões de curto prazo nas mais candentes. Com inflação a 20% ao mês e a perspectiva de recessão o chefe de família e o empresário lutarão para manter o seu quinhão distributivo.

César Maia — Existe um ponto óbvio. No momento em que a Constituinte se instala o poder do presidente da República se fragiliza. A crise significa que o Poder Executivo não tem autoridade suficiente para tomar decisões e que a sua fragilidade aumenta com a Constituinte. A saída é através da grande discussão, mas não de um pacto que o governo tentou via lideranças que não têm representatividade nacional. Se o governo chamar para a mesa de discussões, quem perde é ele.

Rogério Werneck — Mas o relógio está correndo.

César Maia — Aí Singer deu a solução. É o PMDB que vai chamar os outros partidos à mesa de negociações, porque tem mais de 50% da Constituinte. Nessa mesa-redonda estarão colocadas todas as questões levantadas por Bacha e todos nós. E o Executivo de terno de gravata só entra se a discussão avançar. Se não, não entra.

Márcio Fortes — Eu discordo de César Maia. Ao contrário do que ele disse, a

O governo pensa em ganhos, mas a questão agora é como dividir as perdas

O problema é obter adesão política para qualquer plano econômico

compatíveis numa mesa de negociação. Então, devemos acoplar ao pacto social um pacto político. Temos de reescrever o pacto da Aliança, em que os partidos que formam o governo assumam a responsabilidade de uma política econômica austera. Serão medidas duras e impopulares. O país não vai conseguir sustentar o salário real médio do ano passado e o setor de vestuário não vai manter a taxa de lucro de 1986. Os setores fundamentais do processo de acumulação — as grandes empresas e o setor estatal — devem ser reacomodados para permitir a retomada do crescimento.

Mário Henrique Simonsen — Eu reconheço, como disse Bacha, que há no Banco Central pelo menos uma certa resistência racional no sentido de evitar a hiperinflação. Não existem problemas técnicos à elabora-

ção de um plano coerente, embora cada um de nós tenha suas preferências. O problema é conseguir adesão política para que o plano se torne politicamente factível. No momento não há uma discussão que leve ao consenso na execução. Eu temo que talvez seja necessário um aprendizado doloroso para que o Brasil chegue a um consenso quanto à maneira de executar um plano.

César Maia — Poderei se reforçar? **Márcio Fortes** — Não. Reforça-se pelo fato. Pode-se fragilizar se não souber aproveitar os benefícios da instalação da Constituinte. A instalação e o início de seus trabalhos, que aparentemente são razões de tumulto porque os discursos se tornam visíveis, são o grande instrumento de sustentação política do que deve ser feito na economia, porque, por sua vez, só pode ser feito se for bem entendido e apoiado pelos partidos políticos.



Balancão mensal